

As eleições e o acerto de contas em 2019

Palavra do gestor

Marcela Rocha



Em 2017, a economia saiu da recessão e, com a taxa de juros no menor patamar da história, a melhora do mercado de trabalho mais rápida do que a esperada, e com fundamentos positivos para o consumo, o crescimento pode ser superior a 2,5% em 2018 e 2019.

O problema dessa recuperação, que ganhou tração ao final de 2017, é que no meio do caminho temos a eleição presidencial, da qual o desfecho determinará as perspectivas para endereçarmos o ajuste fiscal, que ainda está incompleto.

Qualquer prognóstico para a eleição neste momento é frágil. Existem dúvidas sobre as candidaturas e o eleitor ainda não se mostra interessado no debate político. Por ora, sabemos somente que será uma disputa pulverizada e que o crescente descontentamento dos brasileiros com a classe política torna o comportamento eleitoral imprevisível.

Se as incertezas a respeito do jogo eleitoral não se dissiparão tão cedo, não se pode dizer o mesmo sobre os debates que nortearão as campanhas. Além das pautas obrigatórias sobre combate à corrupção e melhoria da segurança pública, a política fiscal estará no centro das discussões políticas.

O governo Temer, apesar de curto, trouxe avanços importantes na condução da política econômica. Com uma equipe econômica qualificada, aprovou a PEC do teto dos gastos, reduziu o papel dos bancos públicos e sancionou a TLP e a reforma trabalhista. A agenda econômica correta e ambiciosa de Temer já colheu resultados positivos. Houve redução do risco país, aumento

da confiança, ancoragem das expectativas de inflação e retomada do crescimento.

No entanto, o principal pilar da "ponte para o futuro" de Temer, infelizmente, não avançou. Depois de meses de debate e diluição da proposta original, a tão aguardada reforma da Previdência não foi votada na Câmara dos Deputados.

O esforço do governo Temer para a votação da reforma, porém, não foi em vão. Além de o debate sobre as leis para aposentadoria estar presente na sociedade, há compreensão de que todos os outros avanços econômicos conquistados durante o mandato de Temer estarão em xeque se a reforma da Previdência não for aprovada.

A maioria dos potenciais candidatos concorda que sem mudanças na Previdência, o teto dos gastos não será respeitado, o crescimento pode não ser sustentável e o país torna-se mais vulnerável a choques internos ou externos. Aqueles que não admitem a necessidade da reforma, inevitavelmente, serão constantemente questionados

sobre o tema e precisarão se posicionar sobre como lidar com o déficit previdenciário.

Neste cenário, não existem dúvidas de que a reforma da Previdência estará presente na corrida presidencial. Contudo, a preocupante situação fiscal exige que o debate eleitoral vá além da Previdência. Em 2019, além de herdar um déficit fiscal relevante, o novo presidente terá que cumprir a regra de ouro, discutir a regra do salário mínimo, respeitar o teto dos gastos com um orçamento engessado e tudo isso ao mesmo tempo em que será pressionado a ajudar Estados e municípios. Consequentemente, o novo presidente terá espaço limitado para ampliação do investimento público e será confrontado sobre a baixa eficiência do gasto público.

Claro que a campanha eleitoral é um período delicado para qualquer candidato defender tantas outras propostas austeras e o pragmatismo político tentará impedir que o problema fiscal domine as agendas mais populares. Porém, este é o fator que fará diferença a

respeito do comprometimento fiscal dos candidatos à eleição.

O candidato que trouxer em sua campanha clareza dos desafios fiscais à população e não ter receio de expor os riscos de insolvência terá, caso eleito, maior sucesso em aprovar medidas fiscais no Congresso.

A eleição de 2014 nos ensinou que a tentativa de esconder dos eleitores as duras decisões que fatalmente terão que ser tomadas, não passa imune no Congresso. Ainda, a situação de calamidade financeira do Rio de Janeiro e o desejo da população por leis mais justas e iguais, mostram que os eleitores estão dispostos a participar do debate público sobre o orçamento e querem ter entendimento sobre quais escolhas precisarão fazer.

Por fim, aqueles candidatos que trouxerem propostas fiscais concretas e optarem por defender o ajuste das contas públicas de maneira inexorável, também demonstrarão que entendem a urgência da aprovação da reforma da Previdência e da consolidação fiscal.

Com um crescimento sólido em torno de 2,5% e contínua

melhora do mercado de trabalho, é tentador para qualquer novo presidente esquivar-se de colocar a reforma da Previdência como prioridade no primeiro ano de governo e evitar lidar com o restante da pauta fiscal em um curto período.

Dado o tamanho do déficit fiscal e a demora em aprovar a reforma da Previdência, parece inimaginável questionar se algum candidato realmente deixaria de usar o capital político do início de mandato para brigar pelas reformas. Porém, além de a história mostrar que já perdemos diversas janelas de oportunidade, é clichê, mas para vermos, não basta crermos, temos que cobrar e reforçar.

Marcela Heilbuth Pereira Rocha é economista da Claritas Investimentos
E-mail: comunicacao@claritas.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.